OS TRABALHADORES URBANOS E A DITADURA MILITAR*

SERGIO MURILO FERREIRA DE OLIVEIRA**

1. Introdução; 2. O modelo pós-64; 3. Depreciação das condições de vida, arrocho salarial e repressão; 4. Os novos movimentos dos trabalhadores urbanos; 5. O ressurgimento do movimento operário e o novo sindicalismo; 6. Os trabalhadores urbanos e a Nova República.

1. *Introdução*

As ações do Estado, a partir do golpe militar de 1964, podem ser vistas como um conjunto de medidas para facilitar a rápida expansão da economia em moldes capitalistas, com a participação do capital estrangeiro, e como uma enérgica forma de repressão às reivindicações populares, garantindo a necessária estabilidade política que os investidores estrangeiros exigiam.

De fato, o que se presenciou com a implantação do regime militar foi um empobrecimento geral da massa trabalhadora, uma acentuada deterioração da qualidade da vida urbana, uma brutal repressão a todo tipo de organização popular, e um disfarce ideológico requintado que apresentava o país mergulhado num reino de virtudes.

Na destruição das atividades políticas da sociedade brasileira, o Estado passa a anular todas as lideranças e todos os meios formais e informais de reivindicação ou de expressão política do setor popular. Assim, os interesses dos grupos privados têm acesso ao Estado por meio de comissões ou grupos especiais de consultoria que, segundo Cardoso,[1] podemos denominar de "anéis burocráticos", que são, então, responsáveis pelas ligações dos interesses da sociedade civil com o Estado. Está, assim, caracterizado o tipo de Estado pós-64, que, para Cardoso, neste momento, é um "comitê executivo de um pacto de dominação que expressa a aliança entre funcionários (militares e civis), 'burguesia de Estado' (ou seja, executivos e *policy-makers* das empresas estatais), grande empresariado privado (nacional e estrangeiro) e os setores das 'novas classes médias' a ele ligados."[2]

* Extraído do trabalho Estado *versus* trabalhadores urbanos no Brasil, elaborado em abril de 1986 para a disciplina Estado e Sociedade, do Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola Braslieira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getulio Vargas, sob a orientação da Profª Sonia Maria Fleury Teixeira e em co-autoria com Delber Andrade Barbosa, José Guilherme Foulhaber, Natanael Bento Rodrigues Jr. e Paulo Timm.

** Falecido em 1986.

[1] Cardoso, Fernando Henrique. Os regimes autoritários na América Latina. In: Colier, David, org. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 44.

[2] Cardoso, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 215.

As organizações sindicais, a partir de 64, desprovidas da função política e do papel de negociadoras do trabalhador e moderadoras nos dissídios coletivos, passam a funcionar apenas como organismos assistenciais para aqueles associados. Sem força sindical e sem direito à greve, o Executivo passa então a ser o único agente de decisão nas negociações trabalhadores-empregadores. Desta forma, os salários são definidos pelo Estado até 78, quando surge o movimento grevista do ABC paulista.

O movimento operário, nessas condições, e sem a presença dos esquemas populistas que foram rompidos com o golpe de 64, vê-se diante de uma situação completamente diferente das ocorridas até então. Mal ou bem, o movimento operário tinha tido, nos períodos anteriores, oportunidades de expressão, ou seja, de reivindicar ou paralisar atividades por conta de questões que se manifestavam na esfera da produção, que, nesse período da história brasileira, passava a ocorrer de forma muito difícil. Assim, é na esfera do consumo coletivo, provocada pelo acirramento das contradições urbanas, que se aceleram as articulações informais e formais e se recriam até as forças de combate dizimadas ao nível da produção.

Agora, não mais o operário enfrenta, apenas na fábrica, a luta pela melhoria salarial, como tem que enfrentar o Estado, na cidade, pela defesa de sua habitação, contra sua remoção ou seu afastamento para áreas afastadas do seu lugar de trabalho, por exemplo.

Desta maneira, as reivindicações do movimento operário, a partir, por exemplo, da luta por melhores salários, vão-se associando às lutas por melhores condições de vida, pelo movimento feminino, pelo movimento de negros e, nesse processo, crescem as demandas de ordem política exigindo o direito de participar, formando uma massa crítica contra a falta de liberdade em geral, a censura à imprensa, a violência, a Lei de Segurança Nacional, ao mito do Brasil Grande.

"À medida que estes movimentos se ampliam e obtêm vitórias parciais, começa a se tornar claro que em seu terreno próprio de luta — nos sindicatos, nas empresas, nos bairros — não é possível alcançar as transformações estruturais almejadas. Estas transformações só poderão ser alcanadas no plano político, na luta direta pela influência sobre o aparelho de Estado e pela conquista e mudança do próprio poder político. Em suma, os movimentos sociais da gente pobre de São Paulo (assim como os de outros lugares) implicam basicamente a luta por maior participação."[3]

Entretanto, todos os esforços que faz o Estado para abafar o movimento reivindicatório no país terminam por fomentar um movimento social qualitativamente diferente do existente até então no Brasil, que incluiu protestos contra a própria ação repressiva do governo.

Assim, até quando estiveram completamente afastadas do cenário político e dos grandes embates sociais as classes populares urbanas? O fato é que, ao lado de toda violência repressiva, formas novas de organização popular, e mesmo inéditas no Brasil, foram surgindo e tomando força, culminando com o ressurgimento das greves do final dos anos 70, que haviam sido banidas por decreto no alvorecer do golpe militar de 64.

[3] Singer, Paul. Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas. In: Singer, Paul et alii. *São Paulo: o povo em movimento*. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1983. p. 213.

2. *O modelo pós-64*

Os governos de Jânio Quadros e João Goulart foram atropelados pela crise gerada no final dos anos JK. O primeiro tenta ampliar as exportações através de novos mercados, sempre com maus resultados. Obtém, sim, queda de receita da União, redução dos investimentos públicos, aceleração da inflação. O segundo, através de uma política de conciliação, tenta solucionar o lado do capital ao mesmo tempo que espera ganhos políticos pelo lado do trabalho, cuja expressão maior é o Plano Trienal. A inflação e o custo de vida atingiram índices astronômicos e a saída era ou romper com o modelo, ou então recuperar o modelo iniciado no governo JK.[4]

A sociedade brasileira, através dos segmentos militares, opta pela continuidade do modelo vigente e pela eliminação das perspectivas democráticas existentes até então.

Para resolver internamente os problemas do financiamento da acumulação de capital optou-se pela contenção dos salários, o que foi possível pela destruição do governo anterior e intervenção e controle governamental dos sindicatos.

As empresas estatais fazem parte, agora, do conjunto do capital produtivo, sendo estimuladas à autogestão e a se tornarem lucrativas, através de uma reforma fiscal que pôs o Estado como gerente do capital financeiro. Elas passam a gerir grandes massas de lucro, concorrendo com as empresas estrangeiras de forma oligopolista e, em segundo plano, com as empresas de capital privado nacional.

O modelo de 64 contou com forças heterogêneas como o latifúndio, a burguesia aliada ao capital estrangeiro e a pequena burguesia com medo do comunismo, sem maior conhecimento do papel destinado a cada um desses atores, que, aos poucos, foram-se arranhando no cenário nacional.[5] Assim, o modelo apresentou-se em duas etapas: uma que vai de 64 até 68 (fase preparatória) e outra que segue daí e o define.[6]

2.1 A primeira fase

Era consenso geral o atendimento irrestrito ao interesse internacional, que terminou por promover ações modernizantes nos aparelhos do Estado para que os mesmos pudessem responder de maneira efetiva e eficiente às demandas colocadas pelo capital estrangeiro.

Ampliaram-se o mercado de capitais, bancos de investimento, fusões de grupos financeiros, movimento das bolsas, financiamentos de habitação. A legislação foi amplamente alterada com a reforma bancária que criou o Banco Central; a tributária que instituiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), o Fundo de Participação dos Estados e Municípios e a Lei do Mercado de Capitais. Esse conjunto de medidas visava associar o capital industrial e

[4] Albuquerque, Manuel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
[5] Sodré, Nelson Werneck. *Brasil — radiografia de um modelo*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
[6] Serviço de Educação Popular. *O capitalismo e classe operária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

comercial ao bancário e estabelecer o capital financeiro como a locomotiva do sistema, o que era a regra geral da etapa que o capitalismo vivia ao nível mundial.

2.2 A segunda fase

A partir de 68 verifica-se a consolidação do capital financeiro e o desaparecimento de todas as regras democráticas. Percebe-se, pela leitura do Censo de 1970, a grande concentração de renda ao lado de um mercado consumidor reduzido, mas de alta renda, demandando produtos sofisticados, e a pobreza absoluta.

A desnacionalização é visível pelos incentivos fiscais às empresas estrangeiras que aplicam recursos em tecnologia moderna, exigindo muito capital e pouca mão-de-obra. A participação do capital estrangeiro divulgada pelo Banco Central em 1970 nos dá a dimensão deste quadro: transporte, 67,8%; imprensa, 69.2%; farmácia, 90%; construção naval, 90%; máquinas e equipamentos, 73%; siderurgia, papel e celulose, 24%.

3. *Depreciação das condições de vida, arrocho salarial e repressão*

As condições de vida do trabalhador urbano dependem de uma série de fatores, dos quais a dinâmica das suas relações de trabalho é fundamental. Na verdade essas condições de vida do trabalhador urbano aparecem refletidas nos diferentes aspectos das nossas cidades. No dizer de Francisco de Oliveira, "não há praticamente qualquer dimensão da vida nacional que não se reflita imediatamente num problema urbano ou num problema que explode como urbano".[7]

Na verdade, as tão decantadas mazelas das grandes cidades não são outra coisa senão a expressão física das condições de vida dos trabalhadores que ali vivem: a poluição, de uma maneira geral; a falta de saneamento básico; o caos do transporte urbano; os dramas da questão habitacional popular e as inseguranças são vividos diariamente pela população trabalhadora, dando outra dimensão ao drama dessa população, dentro e fora das fábricas. As condições de vida dos trabalhadores se agravaram, nos 20 anos de governo militar, sobretudo pela desvalorização dos salários reais e pelo aumento das distância entre estes e os serviços públicos oferecidos pelo governo.

A evolução desses problemas urbanos ao longo das décadas de 60 e 70 nos diz o quanto aumentaram as dificuldades do trabalhador urbano na reprodução da sua força de trabalho. À dificuldade de viver com salários reduzidos associa-se o desgaste físico provocado pelas longas travessias diárias da casa para o local de trabalho e vice-versa, e a falta de conforto nas casas durante os fins de semana, quando não são preenchidos pelo trabalho gratuito de consertar valas e valões para minimizar problemas de saneamento.

É conveniente lembrar que, dos primórdios da industrialização até os anos 30, parte da reprodução da força de trabalho da classe operária urbana era resolvida pela própria empresa. Tal fato colocava o trabalhador próximo ao local de trabalho, não permitindo desgastes nem gastos com a circulação.

[7] Oliveira, Francisco de. O que é urbanismo no Brasil: curso-ensaio. In: *Pastoral urbana*. São Paulo, Edições Paulinas, 1980. p. 7.

"Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares. Tais fenômenos ocorrem paralelamente à valorização dos terrenos fabris e residenciais que torna, do ponto de vista da empresa, antieconômica a construção de vilas para 'seus' operários, ainda mais quando, com a aceleração do fluxo migratório, acumula-se um excedente de força de trabalho na cidade."[8]

São transferidos para os trabalhadores o custo da moradia e o do transporte, e para o Estado os relacionados aos serviços de infra-estrutura urbana. Fica, portanto, a empresa, livre do custo da reprodução da força de trabalho, e o trabalhador diante de dois alvos distintos para reivindicar o atendimento de suas necessidades. De um lado, a empresa, com as questões relacionadas às relações de trabalho (salários, jornada, etc.), e de outro o Estado, com as questões dos serviços e da própria moradia, quando, a partir de 1964, resolve também atuar neste campo, principalmente na regularização da localização desses trabalhadores, afastando-os das áreas centrais ou próximas de locais de trabalho para locais mais distantes.

A partir daí aumentaram as contradições urbanas, tendo o Estado e a empresa criado um novo consumidor urbano, que não era nada mais nada menos do que o próprio trabalhador urbano.

De fato, as condições de vida nas cidades pioraram visivelmente a partir dos anos 60, não só pela pouca possibilidade do poder público resolver os problemas urbanos, como também porque as relações de trabalho contribuíram para isso, quer pela exploração maior do trabalhador, pela política de achatamento salarial, ou pela repressão desmedida a qualquer tentativa de organização da classe trabalhadora urbana.

O acelerado crescimento demográfico do Estado de São Paulo que, entre 1960-1970, foi de 5,5% ao ano, conjugado ao processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes.

Convém lembrar, ainda, que, à época do que se convencionou chamar o "Milagre brasileiro", os diagnósticos das condições de vida dos trabalhadores urbanos indicavam, por exemplo, que na periferia de São Paulo cerca de 80% dos domicílios não eram servidos por rede de esgoto, enquanto 54% não possuíam rede de água. "Para se ter uma idéia do alto índice de contaminação ambiental, basta mencionar que três quartos das habitações da periferia lançam esgotos em simples fossas negras, quando não a céu aberto."[9]

Os índices de mortalidade infantil também dão conta da deterioração da vida do trabalhador nesse período de milagre, quando, por exemplo, se compara que entre as décadas de 40 e 50 a taxa de mortalidade infantil diminui de 30%, e na década seguinte decresce de 32%, enquanto que, ao contrário, entre 60/75 ocorre acréscimo de 37%.[10]

Se as condições das cidades decaem, por outro lado, em abril de 1975, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) declarava que para um trabalhador urbano chegar a ganhar um salário mínimo deveria trabalhar 16 horas durante 30 dias por mês, e em 1963 cerca de 19%

[8] Kowarick, Lucio. A lógica da desordem. In: *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 31.
[9] Secretaria dos Negócios Metropolitanos. *Diagnóstico 75 — Condições Urbanas — Saúde*. Governo do Estado de São Paulo. 1975. p. 28, mimeogr.
[10] Ibid.

dos empregados ganhavam até um salário mínimo, 54% até dois e 75% até três salários mínimos mensais.

Assim, tanto as condições de vida como os níveis de remuneração de grande parte da classe trabalhadora urbana se deterioraram justamente quando a economia cresceu a 10% ao ano, dando origem ao "Mialgre brasileiro".

A lógica da acumulação que permeia o desenvolvimento brasileiro recente apóia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste da mão-de-obra submetida a prolongadas jornadas de trabalho e as espinhosas condições urbanas de vida tornam-se possíveis na medida em que a maior parte da mão-de-obra pode ser prontamente substituída, devido, por exemplo, ao crescimento da massa de população que já se encontrava desempregada ao longo da década de 70.

Portanto, os 20 anos que formam as décadas de 60 e 70 são pródigos na expansão do capital e na deterioração das condições de vida das cidades, na depredação ecológica, na exploração da classe trabalhadora, comprometendo a sua reprodução, e na repressão a qualquer tipo de organização. Não é de se estranhar que, ao final desse período, apareçam movimentos reivindicando melhores condições de vida nas cidades, cuidados e preservação da natureza, melhorias salariais, greves, etc.

A censura à imprensa, a transformação do Legislativo e Judiciário em simples apêndices do Executivo, que ganhava sempre mais espaço e poder interferindo em todos os setores da sociedade brasileira foram algumas características do regime implantado em 64 e que seguiu a década de 70 com mortes, prisões, perseguições, intervenções em sindicatos, realizando despesas excessivas com operações que somente visavam abafar o movimento do trabalhador urbano.

A violência proposta e exercida pelo governo atingiu a toda a sociedade. O quadro 1 apresenta o que foi possível apurar em termos de manifestações de violência nas décadas de 60-70.

O Estado tentava vender uma imagem de glória que escondia a deterioração das condições de vida e a exploração da classe operária. Aos poucos sua legitimidade foi sendo denunciada. Tiveram início formas embrionárias de lutas voltadas para diferentes aspectos da vida: contra a censura, por melhores condições de transporte, saúde, saneamento, etc.

"Mas, é no âmbito das relações de trabalho que as lutas ocorrem de maneira mais vigorosa: após anos de silêncio amordaçado, ressurge um movimento grevista que, em ondas sucessivas, paralisa milhares de operários atingindo também algumas categorias do setor de serviços públicos e privados",[11] como ocorreu em março de 1979 com cerca de 80 mil metalúrgicos na região do ABC paulista.

No final dos anos 70 desponta um novo vigor reivindicatório que espalha uma consciência maior sobre os problemas do trabalho e da cidade, parecendo afastar-se dos estilos de luta até então conhecidos no Brasil, mostrando, por exemplo, um certo esforço em se desprender dos aparelhos institucionais do Estado com vistas a formar partidos, sindicatos, ou outras modalidades de organização inéditas.

[11] Kowarick, Lucio. A conquista do espaço. In: A espoliação urbana, op. cit. p. 194.

Quadro 1

Dossiê da violência: algumas manifestações

Manifestações de violência	Período	Dossiê
Mortos pela repressão (1)	desde 1964	188 pessoas
"Desaparecidos": nem vivos nem mortos (1)	desde 1964	83 pessoas
Mortos sob tortura na fase de interrogatório (2)	1966-1973	81 pessoas
Condenados pelas auditorias (3)	1965-1977	mais de 5.000 pessoas
Acusados pelas auditorias (3)	1965-1977	mais de 11.000 pessoas
Cassados nos seus direitos políticos (4)	1964-1978	4.877 pessoas
Exilados (4)	desde 1964	10.000 pessoas
Condenados, processados, indiciados ou presos (5)	desde 1964	500.000 pessoas
Profissionais e voluntários ligados a 16 órgãos de informação (6)	anos recentes	de 200.000/ 500.000 a 1.000.000 de agentes
Ordens de censura emitidas pelo governo (7)	1972-1975	270 assuntos
Censura no Semanário *Movimento* (8)	7/1975-6/1978	4.500.000 palavras-1.876 laudas
Peças de teatro proibidas (9)	1964-1979	600
Músicas proibidas (9)	1964-1979	1.000
Intervenção em entidades operárias (10)	1964-1970	536 sindicatos, federações e confederações
Dispensa de trabalhadores, principalmente metalúrgicos do município de S. Paulo, Osasco e Guarulhos que se destacaram nas greves (11)	9/1978-1/1979	mais de 2.000 operários
Concentração da renda: 80% mais pobres (12)		de 46 a 33% da renda
20% mais ricos (12)		de 54 a 67% da renda

Fontes: (1) *Comitê Brasileiro pela Anistia*. Rio, 18.4.1979. mimeogr.; (2) *Isto É*: Dossiê da repressão, n.° 92, 27.9.1978; (3) *Veja*, 1.3.1978; (4) *Comitê Brasileiro pela Anistia*. Bahia, ano 1, n.° 1, 1978; (5) *Comitê Brasileiro pela Anistia*. Bahia, idem, estimativa elaborada pelo advogado Antonio Modesto da Silveira; (6) 200 mil a 1 milhão de informantes. *O Estado de S. Paulo* de 8.10.1977, baseado em estimativa publicada na revista *Veja;* 500 mil a 1 milhão de informantes: *O Trabalho* de 20.3-3.4.79; (7) *Jornal do Brasil*, caderno especial: Os documentos da censura, 18.6.1978; (8) Semanário *Movimento*, Rio de Janeiro, 3.11.1978; (9) *Isto É*, 122, 26.4.1979; (10) Figueiredo, M. A. *Política governamental e funções sindicais*, tese de mestrado, p. 43, mimeogr.; (11) Comitê de Apoio aos Demitidos; (12) Serra, José. Renda concentra-se ainda mais nos anos 70, *Ensaios de Opinião 8*, Rio de Janeiro, p. 28, 1978.

4. *Os novos movimentos dos trabalhadores urbanos*

Alguns autores estudiosos dos movimentos populares surgidos a partir de 1964 qualificam os anos que seguem até 77 como de resistência, ou seja, período em que o movimento operário e popular recupera forças para retomar a iniciativa na luta de classes.

A cidade de São Paulo mostrou, através do movimento contra a carestia e a organização das comunidades eclesiais de base, que os movimentos populares antecederam as lutas operárias. As lutas operárias se fizeram até 78 por meio de greves isoladas, numa ou noutra fábrica. Dentre elas se destacam as principais greves de Contagem/MG e Osasco/SP, ambas em 1968, quando a luta sindical nos períodos de dissídio mobilizava um número bastante reduzido de operários.

A partir de 78 os movimentos grevistas se tornam maiores e mais representativos, chamando a atenção para a necessidade de organismos próprios e independentes de representação de seus interesses, aos níveis sindical e político.

Se, por um lado, o movimento operário entrou em decadência a partir do golpe de 64, pela repressão brutal que se abateu sobre ele, os movimentos populares acabam por revigorá-lo; tais movimentos, por outro lado, serviram para fazer recrudescer ainda mais a repressão. Assim é que sobre a greve de Osasco, ocorrida em julho de 1968, Weffort comenta: "(...) do mesmo modo que os movimentos estudantis e de classe média criaram um clima favorável à eclosão da greve de Osasco, eles suscitaram também em certos grupos governamentais as primeiras iniciativas que deverão confluir em dezembro no Ato Institucional n.º 5."[12]

Os movimentos populares, no entanto, surgidos sob a forma de luta em torno de reivindicações urbanas por serviços de consumo coletivo, como transporte, e nas lutas das mulheres e negros, ocorreram já no início da década de 70 e ofereceram um espaço para a organização operária, na medida em que criaram condições, praticamente inexistentes no interior das fábricas, para reunião e discussão de problemas ou quando estavam sujeitos à clandestinidade devido à força da repressão que se mantinha sobre o movimento operário.

O bloqueio à participação popular nos canais formais e as ações repressivas diretas (Lei de Segurança Nacional, assassinatos e terror) estimularam o uso dos laços primários de solidariedade na sobrevivência diária da população, dando origem às associações diversas, às comissões de fábricas, aos movimentos culturais, aos clubes de mães ou de jovens, aos grupos de associação sindical e aos estudantes.

Estes movimentos, todos isolados, encontravam apoio na Igreja, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e no movimento estudantil, que tiveram o papel de abrir espaço para uma atuação mais pública. Nenhuma dessas instituições, no entanto, conseguiu levar a cabo seu papel por razões específicas, o que serviu para estimular a autonomia desses movimentos e a descrença em outros canais de organização.

"A própria exacerbação da revolta contra a repressão extremada criou as condições para que várias instituições, associações e movimentos se unissem em

[12] Bortoletto, Maria Elide; Castro, Carmen Lucia L. Veloso de & López, Carlos E. Rodriguez. A relação Estado e trabalhadores urbanos no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, *19*(3):45, jul./set. 1985.

atos de protesto conjunto, dando origem a uma aliança informal das oposições democráticas"[13] A presença, em 1975, na Catedral da Sé, de 8 mil pessoas para assistirem à missa pelo jornalista Herzog, assassinado nas dependências do Exército, é um marco na passagem de uma época de movimentos isolados de denúncia do regime para uma ação mais ampla, contando com a solidariedade de um número maior de adeptos reunidos em torno do repúdio à ação repressiva do Estado. Em 1977, com a tentativa do governo de proibir a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) já se consolidava a ação solidária, intensificando-se o movimento ao nível geral da sociedade brasileira.

Um aspecto importante é a extensão da solidariedade aos fundos de greve, manifestações públicas de apoio, incorporação de outras categorias profissionais. Aos poucos, foi o movimento percebendo que a defesa de seus interesses não se limitava às reivindicações imediatas e específicas, mas guardava íntima relação com o conjunto da sociedade.

É interessante lembrar que as relações do movimento de bairro com o movimento operário são assunto carregado de controvérsias, onde, ora o caráter policlassista do primeiro, ora a sua atitude imediatista, fazem alguns estudiosos não considerá-los como parte integrante do movimento social, desprezando-os. Neste particular, destacamos Ana Maria Doimo, que diz que "no Brasil temos observado, nos últimos anos, a emergência de inúmeros movimentos urbanos com base social heterogênea — se tomamos como referência a relação estabelecida entre os seus componentes e a produção — que têm mantido suas especificidades organizativas e reivindicativas imediatas mas nem por isso têm ficado à margem de uma articulação com significativos setores do movimento operário visando o estabelecimento de objetivos e de estratégias comuns."[14]

Convém destacar, também, que estes movimentos, apesar de existirem antes de 64, tinham aí outra qualidade, já que na sua relação com um Estado populista recebiam certos favores. Após 1964, a própria repressão incapacitou o Estado para acionar esquemas de legitimação através de bargahnas, o que não deixou de estabelecer nova relação entre ele e esses movimentos. O Estado, não mais agindo através de uma política clientelista, populista e personalista (tão própria do período 1945-65), caracteriza agora uma certa autonomia e independência dos movimentos que passam a atuar, em relação ao Estado, sob forma de pressão.

Brant[15] salienta sua notável autonomia tanto em relação aos partidos políticos tradicionais como em relação aos grupos clandestinos de esquerda.

Ao final da década de 70, quando ressurgem os movimentos específicos de trabalhadores e operários da Ford, do ABC paulista, de motoristas e trocadores de ônibus de Vitória, entre outros, surge a palavra de ordem "pela autonomia e liberdade sindical".[16]

[13] Brant, Vinicius Caldeira & Singer, Paul. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: *São Paulo: o povo em movimento*. 4. ed. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1983. p. 23.

[14] Doimo, Ana Maria. *Movimentos sociais urbanos, Igreja e participação popular*. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 28.

[15] Brant, Vinicius Caldeira. op. cit.

[16] Bava, Silvio Caccia & Teles, Vera da Silva. O movimento do ônibus; a articulação de um movimento reivindicatório de periferia. In: *Espaços e Debates*, São Paulo, Cortez Editora, 1981.

Já na década de 80, o movimento sindical vai sentir a necessidade de sua interligação com outras formas de organização popular, onde podemos entender que "a busca de articulação entre o movimento operário e sindical com movimentos urbanos — já enunciada como triangulação *sindicato/fábrica/bairro* — não se resume a uma questão conceitual e acadêmica, mas é parte integrante do movimento concreto e histórico da luta de classes no Brasil."[17]

5. *O ressurgimento do movimento operário e o novo sindicalismo*

"A atividade grevista que ressurgiu nesse ano de 1978, na forma de greves por estabelecimentos, solucionadas através de negociação direta entre empresas e sindicatos, constituiu uma ruptura com relação à experiência passada do movimento sindical brasileiro, onde as negociações se davam por categorias de trabalhadores, resultando em negociação triangular entre sindicatos patronais e sindicatos dos trabalhadores, mediada por instituições governamentais e arbitrada pela Justiça do Trabalho. A empresa, a partir das greves desencadeadas em 1978, assume crescente importância como 'lugar', ao mesmo tempo, da manifestação do conflito e da negociação."[18]

O principal motivo da opção dos sindicatos por greves isoladas, além dos menores riscos políticos, é a infra-estrutura de que muitos deles já dispõem para negociar com os empresários. As greves de 1978 mostram que os sindicatos estavam mais preparados para negociar com as empresas. Na opinião de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, "entre 1964 e 1978 os sindicatos dedicaram-se a um intenso programa de cursos e intercâmbio com entidades de outros países e outros estados, visando a formação de quadros para negociação".[19] Neste particular, destacamos o desenvolvimento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que se constituiu num órgão de assessoramento econômico dos sindicatos, colocando à disposição dos sindicatos e do operário, de maneira geral, informações que acabam subsidiando estratégias de luta como, por exemplo, arquivo de jornais com notícias sobre a empresa e índices que normalmente não chegam até a classe operária.

O ponto geográfico onde ressurge o movimento operário coincide com a área mais avançada do modo de produção capitalista. O setor de ponta da economia, esboçado antes de 64 e nesse período confirmado, chega aos anos 80 à frente dos demais setores da economia. Desta forma, a região operária do ABC paulista mostra-se, ao final da década de 70, na vanguarda das contradições capitalistas, do mesmo modo que, no campo, na área de plantação de cana, mais tarde vão explodir as greves dos bóias-frias.

Paralelamente a isto, as áreas urbanas mais desenvolvidas e, portanto, mais populosas, resultantes do alto nível de concentração patrocinado pelo capital monopolista, assumem uma consciência crítica quanto ao regime vigente e passam a derrotar o governo nas urnas através da maciça votação na oposição em 1974. O próprio desempenho do regime tecnocrático-militar parece, também, a partir de meados da década de 70, apresentar necessidades de recuperar a legitimidade rompida com o golpe de 64.

[17] Doimo, Ana Maria. op. cit. p. 32.
[18] Bortoletto, Maria Elide et alii. op. cit. p. 46.
[19] Cf. entrevista ao *Jornal do Brasil*, 3 dez. 1984. p. 4.

Sobre a questão, O'Donnell[20] lembra que o Estado autoritário burocrático implantado em 64, ao impedir a participação e estruturar o cooperativismo, controlando severamente os sindicatos, não conseguiu por muito tempo substituir as mediações legitimadoras entre o Estado e a sociedade que ele próprio tratou de suprimir, como é o caso da negação da cidadania nos governos autoritários. Assim, indicadores de abertura, através de algumas concessões, ou da aceitação de situações de fato, apesar da sua proibição legal e da promulgação da anistia, por exemplo, dão mostra de uma alteração no regime, que se não tende a modificações radicais, pelo menos tende a buscar a sua legitimidade.

Estes fatores são, portanto, favoráveis ao desenvolvimento do movimento operário brasileiro que, diante da modificação na forma de luta das classes trabalhadoras — ocasionada pelo próprio fechamento político, dando margem, por exemplo, a ações das comunidades eclesiais de base, da virada da Igreja para o lado da população pobre e explorada e, sobretudo, de uma nova visão da luta sindical que privilegia a organização no local do trabalho, através de comissões de fábrica, como estratégia de conscientização da classe operária — vai conferir ao movimento um novo estágio. As comissões de fábrica correspondem a uma necessidade de articulação de base que não existia e nem poderia ser efetivada pela estrutura tradicional dos sindicatos.

Daí, o movimento sindical vai-se definir numa postura crítica ao "peleguismo" e basear-se na busca de nova e autêntica liderança sindical que utilize práticas de luta evidentemente mais adequadas à nova postura como, por exemplo, aquela que busca uma atuação mais "de baixo para cima", realizando uma articulação intermediária entre a direção sindical e o associado. Essas posturas trazem novos debates para a estrutura sindical.

"Uma questão da maior importância e ainda em debate é a que se refere à relação entre essas formas de articulação intermediária e a direção dos sindicatos. Há uma evidente tensão entre os movimentos 'de baixo para cima' e os propósitos dos dirigentes sindicais de 'atingir as bases'. As comissões de empresa, por exemplo, deveriam constituir-se de forma representativa, sendo eleitas pelas bases e, nesse caso, poderiam opinar no sindicato em nome de seus representados? Ou, ao contrário, caberia à direção dos sindicatos nomear delegados de empresa, que auscultariam os trabalhadores e transmitiriam, de forma meramente consultiva, a receptividade das bases às propostas da liderança?"[21]

De acordo com representantes do próprio governo[22] "nos últimos quatro anos o movimento sindical brasileiro experimentou grande amadurecimento, deixando de lado o sindicalismo que simplesmente reivindicava salários, preterindo uma série de necessidades de seus representados, passando a negociar hoje questões muito mais importantes, como a garantia de emprego e melhores condições de trabalho".

[20] O'Donnell, Guilherme. Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia. In: Collier, David, org. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

[21] Brant, Vinicius Caldeira. Sindicato de Trabalhadores. In: *São Paulo: o povo em movimento*. op. cit. p. 50.

[22] Cf. entrevista do Ministro do Trabalho, Murillo Macedo, ao *Estado de São Paulo*, 15 jan. 1983. p. 21.

6. *Os trabalhadores urbanos e a Nova República*

A década de 80 surge na perspectiva de mudanças com acelerações nunca vistas no que toca à capacidade organizativa da população e com um desejo claro de democracia e de rompimento com tudo que pode ser identificado com um modelo de Estado autoritário. Exemplo magnífico dessa organização é, por exemplo, a campanha pelas eleições diretas para presidente da República em fins de 1984, pela mobilização de grande contingente da população de todos os recantos do país.

Por outro lado, se há expectativa de mudança, a concentração da renda nos níveis mais elevados deixou um fosso profundo entre os mais pobres e os estratos da moderna classe média, reduzindo a capacidade de consumo das massas, o que, juntamente com outros fatores, terminou por mergulhar o país numa profunda crise, apresentando dívidas externas altíssimas e dívidas sociais internas a exigir resgate imediato.

A resposta a tudo isto, na década de 60, foi dada pela instauração de um modelo autoritário de governo que não só facilitou a questão mundial como arranjou o capitalismo no Brasil de acordo com ela, dando ao aparelho de Estado um aspecto modernizante. Tal resposta foi comum a toda a América Latina.

As questões que se apresentam na mudança de década 70-80 não podem mais ter como resposta o estilo anterior. Somente a democracia pode ser capaz de resolver estes impasses do próprio capital e das reivindicações do trabalho que chegaram à tona no decorrer destes tempos.

Daí a transição. Daí a democracia. Daí a Nova República.

Não se pode imaginar que a economia na Nova República vá atravessar este período sem a mão do Estado. Apesar do discurso em termos de se diminuir a presença dele, aumentando a participação privada, não se pode prever a sua ausência total. As modificações que ocorrem, e continuarão ocorrendo até a definição de uma nova Carta Magna, via Constituinte, devem ampliar a participação do social como resposta aos apelos da organização do trabalho e, sobretudo, ao atendimento da reprodução do capital que necessita de espaços de consumo mais largos, de incentivos produtivos e de desafogar pressões na esfera do trabalhador.

O movimento operário na Nova República parece deixar transparecer um conteúdo mais político. Assim, opinando sobre as 40 greves iniciadas a partir da morte de Tancredo Neves, o jornalista Castello Branco comenta: "(...) essas greves têm uma motivação basicamente social, dada a inflação que o governo anterior não conseguiu controlar nem reduzir e dada a política de achatamento salarial que foi uma constante ao longo das crises econômicas dos governos militares. Mas, ao lado dessa motivação legítima, elas tinham e têm propósitos políticos que poderão ser considerados legítimos ou ilegítimos, mas que existem. Um desses motivos é criar condições para acelerar, sob a Nova República, as modificações da legislação que orienta a formação dos sindicatos e a realização de greves, além de impor outras restrições à política trabalhista. Outro motivo é, sem dúvida, o de experimentar a linha de resistência do governo às reivindicações sociais".[23]

[23] Cf. comentário de Carlos Castello Branco. As greves de São Paulo. *Isto É*, p. 18, 8 maio 1985.

Mais adiante, o comentarista político aponta para a amplitude do movimento que atinge a área rural com participação exclusiva do PT e da CUT numa manifestação inequívoca de demonstração de força "(...) uma conjugação do ABC metalúrgico com os bóias-frias e os sem-terra de regiões interioranas seria um caldo revolucionário, como tal definido nas reuniões internas do governo. Evitar a conjugação do fator trabalhista na cidade e no campo passou a ser uma prioridade da qual deverão tomar conta os ministros do Trabalho, da Terra, e do Interior".[24]

No entanto, apesar de aparecerem condições mais favoráveis para o movimento operário, através, principalmente, da suspensão da repressão estatal, isso não reduziu o poder dos empresários. Segundo Lula,[25] "com a polícia nos calcanhares dos grevistas e sindicatos sob intervenção, a população naturalmente solidarizava-se com os trabalhadores. A situação mudou (...), há mais demissões e mais medidas repressivas por parte das empresas". Ele acusa o governo de se aliar aos empresários para derrotar os trabalhadores e vê na intransigência dos primeiros uma ação para enfraquecer os sindicatos. "As empresas têm tomado outras atitudes, como fechar o restaurante e cortar água dentro da indústria, que são medidas menos repressivas dentro da visão da sociedade, mas muito mais repressivas do ponto de vista da relação do trabalho e do capital".[26]

Para Lula, "a maior prova da tentativa do cunho político na greve é dada pela ação dos empresários. Às vezes os empresários preferem ter prejuízos de trilhões de cruzeiros do que atender a reivindicações que importem em alguns bilhões de cruzeiros".[27]

Se o movimento dos trabalhadores está dividido entre CUT e Conclat, surge recentemente a União Sindical Independente (USI) que traz como princípio "o combate ao comunismo e a toda a ideologia estranha ao sindicalismo".[28] A USI se diz de centro e apartidária, e condena o envolvimento das entidades com a política, defendendo a necessidade de redução pacífica dos conflitos trabalhistas através de negociações diretas, e se tornando, portanto, uma opção à direita no movimento sindical da Nova República.

Summary

The author presents a study on the evolution of the working classes movements, starting from the military coup of 1964, at the same time drawing a social, political and economic profile of the situation then prevailing. He comes to the New Republic, when the prospects of change emerge with unparalleled acceleration, primarily as concerns the people's organizative capacity, exhibiting a clearcut push towards democracy and a definite rupture from the totalitarian model of State organization.

[24] Id. ibid.
[25] Cf. entrevista de Luis Inácio "Lula" da Silva. Greves, eleições e regime aberto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno Especial, p. 6, 26 maio 1985.
[26] Ibid.
[27] Ibid.
[28] USI quer combater CUT e Conclat. *Jornal do Brasil*, 23. nov. 1985.